
HISTÓRIA DAS IDÉIAS X HISTÓRIA DE VIDA

Entrevista Com Eni Orlandi

Onde a senhora fez sua graduação? Como foi essa graduação?

Já começa dentro de uma história muito bonita... nós aprendemos na AD que sempre as condições de produção são importantes e, em termos de vida e da nossa produção também, isto é, não são só as condições de produção para a linguagem em relação aos outros, mas em relação a toda uma obra, a todo um trabalho. Onde foi a minha graduação é muito importante mesmo, mas isso começa antes, eu poderia já dizer que eu sou filha de imigrantes italianos, da região rural.

Na primeira fase da minha alfabetização eu ia com a minha irmã a uma escola rural onde cada fila correspondia a uma série. A professora chamava-se dona Lali, eu gosto de falar disso porque eu homenageio a dona Lali. Na verdade era a minha irmã que ia à escola, pois eu não tinha idade escolar, era mais novinha. Minha mãe, não sei por que razão, talvez porque não tivesse com quem me deixar enquanto ela trabalhava, me mandava junto com minha irmã à escola. Fui alfabetizada ao mesmo tempo que minha irmã era alfabetizada. Meus irmãos, quando foram ficando em idade escolar, foram para colégios internos. Minhas duas irmãs foram para colégio de freiras e, meu irmão, para colégio de padre, Colégio Diocesano. Quando chegou a minha idade escolar, minha família mudou-se para São Carlos. Todos os filhos estavam fora, exceto eu, que fui para a escola pública. Aí começa, acredito, uma diferença na história, porque a escola pública da minha época era muito mais exigente do que o sistema de escolas particulares. Eu tive minha formação no Instituto de Educação Dr. Álvaro Guião, de São Carlos, que era bastante exigente. Tive uma formação muito boa em nível de primário, de ginásio e de colegial. No meu colegial, por exemplo, eu tinha a possibilidade de optar por grego, espanhol, etc. Na época eu fazia latim e optei por espanhol. Eu tive um curso muito interessante de espanhol, minha professora gostava de declamar e nós achávamos aquilo meio estranho, teatral, não sabíamos se ríamos ou não. Eu tive uma formação que me deixou com "um jogo

de cintura" muito grande em relação à vida intelectual. Eu não tinha medo de ousar, meus professores eram ousados. Por exemplo, a dona Baby se transformava na frente da sala, falava e começava a declamar, parecia uma maluca, assustava no começo, ainda mais alguém vindo da zona rural que não estava acostumado com teatralização. Nós tínhamos uma outra professora muito estranha que nos fazia decorar todas as regras de ortografia. Ela chegava, todos ficavam direitinhos na classe, mandava colocar lápis, caneta e papel em cima da mesa e falava: "Regra número 35, 36, 12, 23". Tínhamos que dar a regra e 5 exemplos. Eram coisas que agora me parecem umas brincadeiras, mas que mostravam uma exigência muito grande e uma ousadia também, como essa de recitar, declamar. Foi uma formação muito interessante.

Aconteceu então que eu ia fazer Direito. Eu era muito atraída pela questão da linguagem, sob a influência do meu pai que tinha uma admiração muito grande pelo Direito. Nós tínhamos uma promotora que era uma pessoa muito enérgica, muito dinâmica, muito conhecida na cidade e que meu pai admirava muito. Acredito que ele me mirava na direção de ser alguma coisa parecida com a dona Julieta Sucupira. Na minha preparação para o vestibular tive, além das aulas da escola, aulas de conversação em latim. Estudei línguas clássicas em profundidade para ir fazer o exame na Faculdade de Direito em São Paulo. Li Cícero, enfim, tive uma formação em Latim muito forte. Isso tudo em linguagem foi maravilhoso, pois aprendi na gramática do latim, por exemplo, a noção de que a língua tem uma ordem própria. Acredito que a maneira como meu professor trabalhava com a gramática no latim foi mais eficiente, na minha formação, do que a maneira como aprendi em português. Em português, um pouco como acontece até hoje, se repetem muito as mesmas coisas sem que se evolua e sem que se tenha uma noção real da sintaxe. Em latim eu percebi a língua mesmo, como um jogo, como formas que se relacionavam. Isso por ser também uma língua que não era a minha. Enfim, foi um curso muito forte. Não pude entrar na faculdade de Direito, pois eu tive hepatite na época do vestibular. Eu morava em São Carlos e a escola mais próxima era em Araraquara. Em Araraquara tinha Farmácia, Odontologia, Pedagogia, Química e Letras, que era a mais próxima do que o que eu queria fazer. Eu estudava francês, latim, enfim, essas línguas todas. Eu fui fazer letras anglo-românicas

em Araraquara. Aí chega na parte que você perguntou. Você vê aí o gosto pela linguagem.

Conta-se também, mas isso são fábulas familiares, mitos familiares, que eu, quando as minhas irmãs estavam internas no colégio, ficava muito sozinha. Conta-se que minha mãe me pegou várias vezes deitada no chão, olhando as nuvens e contando historinhas para mim mesma. Uma vez uma formiga entrou na minha orelha e eu tive um problema de ouvido muito grave, porque eu ficava assim, deitada no chão. Isso são fábulas familiares, mas também mostram isso. Eu gostaria de fazer uma referência ao meu pai, também de imigração italiana, que era uma pessoa muito ligada à vida intelectual. Ele falava francês corretamente, tinha uma grande admiração pelo francês, embora ele falasse muito da importância da *Divina Comédia* e da questão da língua na Itália. Ele sempre contava umas lendas chinesas, do bicho da seda, essas coisas todas... Eu tinha um jogo com meu pai que eu aprendi desde criança que dá umas pistas quando eu penso no meu gosto pela linguagem. Como o meu pai tinha tido formação em uma escola muito boa, ele sabia muito grego, latim, letras clássicas. Falo isso porque eu acho que a maneira como as letras clássicas faziam parte da formação, mesmo no ginásio, resultou em uma geração que tinha uma certa relação com a linguagem que eu acho que se perdeu na história da nossa escola. Não sei se estou supervalorizando, mas acho que isso pode ter algum sentido. O que acontecia era que todas as palavras que eu perguntava a ele, ele sabia o significado. Isso me encantava e eu realmente ficava numa certa provocação com ele. Depois que eu aprendi a ler, eu ia para o dicionário procurar palavra difíceis... palavra difícil para mim era com 'z'. Só que palavras com 'z' geralmente vêm do grego e, sendo assim, era muito mais fácil para ele. Ele sabia cortar a palavrinha, ver a raiz, ver a terminação, o que queria dizer. Ele sempre me respondia até que um dia ele me ensinou como é que se dividia a palavra para descobrir seu significado. Isso para mim foi uma grande revelação, eu percebi como é que podíamos saber o que dizem as palavras. Lógico que isso não me satisfaz, tanto é que até hoje eu continuo querendo saber o que dizem as palavras. Eu tinha uma curiosidade enorme pela linguagem, uma curiosidade realmente muito grande. Acho que esse traço é fundamental na minha vida, porque eu percebo até hoje o prazer que me dá na hora em que eu consigo formular uma frase. Quando eu formulo algo que eu leio e acho que faz sentido eu fico

emocionada, eu preciso parar de escrever, fico andando pela casa um pouco, sentido a emoção de ter encontrado uma formulação, até eu conseguir voltar e começar a trabalhar novamente, normalizar, vamos dizer, minha emoção e continuar a trabalhar. Eu fico emocionada ainda, desde pequena eu tinha essa emoção de saber o que significavam as palavras e o que é a linguagem. Eu continuo a ter como se fosse infantil isso em mim até hoje, um sentimento infantil de descoberta quando eu encontro uma palavra ou uma formulação boa. Tenho um sentimento de descoberta em relação às palavras que me dá um imenso prazer.

Fui para Araraquara, estudar em um instituto que era isolado. Mas qual o significado disso? Atualmente nós temos em São Paulo, além da Universidade de Campinas, que é estadual, a Universidade de São Paulo e a UNESP, que também é estadual. A UNESP é formada por faculdades do interior de São Paulo de diversos lugares, Rio Claro, Araraquara, Marília, Assis, Rio Preto, etc. Na época Araraquara deu a base para integrarem na UNESP alguma coisa hoje, mas isso antes não estava integrado, então chamava-se Instituto Isolado. Não era uma universidade, era uma faculdade. Eu tive a sorte de ir para Araraquara, mesmo que eu soubesse que Marília era tão boa quanto Araraquara na sua particularidade, como Rio Preto era da mesma maneira importante naquilo que fazia. Araraquara foi muito importante para mim porque lá eu tive professores que me deram o que eu chamo de uma paternidade intelectual para eu ter também a segurança de ousar. Quando falo de ousar, falo em não ficar no já sabido, de aceitar que eu não sei, de aceitar dizer coisas que eu ainda não poderia dizer, vamos dizer, do ponto de vista de uma disciplina intelectual em que as coisas devessem já estar claras para serem postas. Falo de aceitar o inacabado, aceitar o incompleto, aceitar que é uma conquista você entender mais, de não esperar ter entendido tudo para poder realmente se lançar na vida intelectual, aceitar que é imperfeito. Não estou falando religiosamente, moralmente, estou falando do ponto de vista da ciência mesmo, na qual você pode sempre encontrar uma versão melhor daquilo que você está fazendo. No meu livro *Discurso e Texto* eu uso como epígrafe que não há senão versões, que na realidade só há versões. Eu tenho uma filha e para ela eu sempre falei para não ficar esperando que na universidade ela iria encontrar tudo o que ela queria, que o curso seria aquela maravilha, que tudo viria prontinho e que ela poderia

fazer só aquilo, que não poderia fazer outra coisa, pela minha própria experiência, pois eu não consegui fazer Direito por estar doente, por não poder viajar para muito longe, não poder ficar em São Paulo, que era muito longe. Nas Letras eu retomei o percurso iniciado em mim de certa maneira porque eu fui procurando o que era lingüística, que não existia ainda, que era uma curiosidade dessa forma da língua, dessas coisas que já vinham em mim de alguma maneira sendo constituídas desde o meu professor de latim ou mesmo antes, na relação que eu tinha com a linguagem desde pequenina. Em Araraquara, nesse Instituto Isolado, nós tivemos a chance, o privilégio, de ter professores maravilhosos, esses que eu disse que me deram uma paternidade intelectual que me deu muita segurança mesmo quando eu fui muito atacada, desencorajada, inclusive por pessoas que tinham uma relação boa comigo, como por exemplo, o professor Antonio Candido. Eu lembro que ele falava que eu era muito inteligente, mas que eu não podia ser só inteligente, que eu tinha que fazer um trabalho de sustentação, e isso, a meu ver, significava apoiar-me no já sabido. Eu encontrava resistências em pessoas que falavam que eu era inteligente e que eu devia fazer uma Lingüística já estabelecida, diziam que eu ficava me aventurando com coisas que ainda não estavam estabelecidas. Acho que era por isso mesmo. Eu tinha vontade de dizer isso, mas às vezes eu respeitava o meu interlocutor. Eu acho que você tem que ter condições materiais de trabalho. Não existe pessoa que não consiga fazer coisas bem feitas. Tem que se dar as condições para o trabalho. É por isso que eu invisto tanto junto com a Amanda¹ e com outras pessoas em projetos para que a Universidade tenha um lugarzinho como esse onde as pessoas possam trabalhar, porque isso vai criando condições, vai criando relações de trabalho entre as pessoas e isso é muito importante.

Bem, em Araraquara eu tive professores como Jorge de Sena em Literatura, o Casais Monteiro em Crítica Literária. Eu tive filosofia no curso de letras já no primeiro ano. Havia um professor que depois também está na origem da maneira como a Lingüística foi estabelecida na UNICAMP que é o professor Fausto Castilho. O Fausto Castilho era professor lá em Araraquara, era um grande sonhador que imaginava cursos mirabolantes, vamos dizer, que

¹ Professora do DLCFL e Coordenadora do Laboratório Corpus da UFSM.

saiam um pouco do normal. Ele era filósofo, tinha vindo da França onde tinha estudado filosofia e também estudou na Alemanha com Heidegger, enfim, ele tinha freqüentado cursos que eram muito importantes. Ele tinha uma formação privilegiada. Quando ele veio para Araraquara como professor, ele procurou instalar nos outros cursos também relações com a filosofia. Assim eu tive aulas de Fenomenologia do Signo, Husserl, quando eu estava no 1º, 2º ano de Letras. Eu tive aula com Paulo Singer de economia. Era um curso de Letras em outros moldes, vamos dizer, do que se pensa hoje. Tive todas essas matérias, eu tive inglês, gramática, literatura, literatura inglesa e americana, latim, filologia... além disso eu tive aula de Aristóteles, Platão, etc, com o Porchat. Eu tive Kant com o Lebrun. Era um luxo tudo isso para nós e ao mesmo tempo um desafio. Durante algum tempo tivemos aulas de Psicologia com Dante Moreira Leite. Tivemos Gestalt, Psicologia da percepção que também trabalhava com o signo. Na época não existia Lingüística, pois não existia essa disciplina no currículo de Letras. Nós tínhamos Filologia e na Filologia portuguesa o professor Clemente Segundo Pinho começou a fazer nós lermos algumas coisas. Ele percebeu em mim, eu devo muito a esse professor, algo que estava relacionado com a Lingüística. Ele marcou uns seminários às quintas-feiras nos quais nós apresentávamos trabalhos em Lingüística. Eu fui uma das primeiras a apresentar trabalhos, que eram dentro da Filologia Portuguesa, mas em Lingüística. Estou chamando a atenção para isso porque vocês vão perceber que a Lingüística vai se formar na relação com a Filologia Românica, e não Portuguesa. Até em São Paulo eles tinham rivalidade entre a Filologia Românica e a Filologia Portuguesa. Lá em Araraquara ele se sentia acho que mais à vontade, então ele (professor de Filologia Portuguesa) começou a nos interessar pela Lingüística. O professor Fausto Castilho também me falava de autores que ele achava que eu deveria ler. Então eu li Saussure, Martinet, vários autores, Benveniste eu cheguei a ler mesmo já nessa época. Eram leituras que eu fazia por fora, que não faziam parte do curso. O professor Clemente Segundo Pinho começou a me dar consciência que isso que eu gostava, que eu fazia como trabalho não era Filologia, era Lingüística. Ele começou a me dar coisas para ler ao mesmo tempo que nos incentivava a reivindicar que houvesse um curso de Lingüística na faculdade. Quando nós estávamos no 3º ano nós fizemos um abaixo assinado e conseguimos ter a disciplina de

Lingüística (1962). Eu não pude assistir porque eu estava no 3º ano e havia Lingüística para o 2º ano, pois havia um professor só. Assim mesmo eu assisti às aulas, foi um pouco autodidata essa fase, embora sempre lutando para que houvesse a Lingüística. Eu me formei em Araraquara e fui para São Paulo, foi na época da ditadura de 64. Eu me formei no ano da ditadura. Eu era ligada a uma pessoa que se chama Luis Orlandi, meu nome Orlandi vem daí, o qual era um líder estudantil e que sofreu muitas perseguições. Na época eu era envolvida politicamente com várias coisas. Fausto Castilho foi embora, se exilou, houve o problema do exílio de muitos professores e nós corríamos perigo ficando em Araraquara. Então nós saímos, fomos para São Paulo, porque o futuro que antes estava previsto para nós era de ser professor lá mesmo, em Araraquara, porque nós éramos bons alunos, porque estavam querendo que continuássemos por lá, não deu certo. Fui para São Paulo e lá, com a cara e a coragem, cheguei na USP para fazer Lingüística, que não existia, mas que eu queria fazer.

Éramos três: Lélia Ergolato, eu e Emílio Justi. Reivindicamos Lingüística Geral porque o professor Maurer dava Lingüística Indo-européia. O professor Maurer criou um curso de especialização na Lingüística Românica, de Lingüística Geral, no qual nós tínhamos aula com ele e com a professora Maria Luiza Miazzi, que dava aula de sânscrito. Já vinha o meu interesse justamente quando se mostrava a importância da redescoberta do sânscrito no século XIX; redescoberta, de certa maneira, de um "elo perdido" em relação à questão das línguas indo-européias. A descoberta do sânscrito foi algo muito importante porque já se faziam descrições finíssimas, por exemplo, dos sistemas fonéticos, mas por razões que não eram científicas, por razões religiosas. Essas coisas me impressionavam e, sendo assim, eu fiz esse curso que começou como especialização e que no final do primeiro ano virou mestrado. Foi o primeiro mestrado de Lingüística na USP (1965). Nesse momento eu estava muito interessada no estruturalismo, era um momento muito forte do estruturalismo. Eu propus fazer uns seminários, que era a forma de avaliação, sobre Hjelmslev. O Hjelmslev foi o primeiro autor em Lingüística com quem eu trabalhei fortemente. O Emílio Justi trabalhava com fonética e fonologia, que ele gostava e a Lélia Erbolato, com Saussure. Nesse momento eu já tinha lido muito Saussure, eu já estava interessada no Benveniste, que já falava na enunciação. Eu me lembro que eu li um artigo dele que eu encontrei

numa revista, que tinha sido publicado nos anos 40 e poucos. Impressionou-me muito porque era aquele da subjetividade na linguagem, da questão do eu na linguagem. Isso me impressionou muito, mas assim mesmo eu me dedicava fundamentalmente ao estruturalismo, a Hjelmslev, que foi minha tese de mestrado.

Quando eu comecei a apresentar meus seminários, o professor Maurer, isso eu quero deixar gravado, reconheceu em mim algo que deixou por escrito. Ele me deu um atestado para que eu fosse contratada. Ele se aposentou e deixou meu nome indicado para substituí-lo. Acho isso uma coisa monumental na minha vida, me emociona, porque ele era um erudito com uma formação enorme... e eu era uma filha de imigrante, vinda do interior.

Então agora, falando intelectualmente, o professor Maurer me dá a chance da minha vida. É por isso que eu fico emocionada, porque isso foi em 65, momento em que eu estava completamente perdida, no meio de uma ditadura que eu não sabia quanto tempo ia durar; como durou, 20 anos, muito mais do que eu imaginava, inclusive na época. Apareceu uma possibilidade de futuro acadêmico. Eu podia ficar na USP fazendo o que eu queria, ou seja, Lingüística. Comecei a batalhar pela Lingüística junto com colegas que preciso citar, como Isidoro Blikstein, que estava vindo da França, Cidmar Paes, que era leitor na França. Eu fui para o lugar do Cidmar Paes na França ser leitora em Montpellier onde eu comecei o estudo de Lingüística. O professor Maurer saiu, eu entrei no quadro de professores, quando o Cidmar veio para o Brasil, nós trocamos, ele ficou com a minha vaga na USP e eu fui para Montpellier com a promessa de que quando eu voltasse da França eles me arranjariam uma vaga no departamento de Filologia Românica (onde nasceu a Lingüística).

Na França, eu fui como leitora para Montpellier em 1968. Nessa época o Luís Orlandi, com quem eu era casada, foi estudar em Besançon. Depois nós dois íamos para Paris, tanto eu quanto ele. Em Paris eu fazia o meu doutorado em Vincennes, que era a grande universidade da época. Em Vincennes eu conheci Foucault, conheci Lacan, assistia disciplinadamente às aulas de Lingüística. Não tão disciplinadamente, pois eu assistia Ruwet, que dava Lingüística Transformacional, mas eu queria fazer algo ligado a sentido, eu já percebia que isso tinha importância para mim. Eu não sabia muito bem onde procurar, mais uma vez nesse escuro, procurando alguma coisa. Então eu fui fazer os cursos na

sociologia, na verdade, com o Prieto, que foi meu orientador em Vincennes, porque ele tinha uma disciplina que era sobre semântica (Noologia). O Ducrot também era Semântica, mas era Semântica Lógica, onde desenvolveu a questão da argumentação. Com o Prieto eu fazia a Semântica que ele chamava de Noologia, que eram os princípios de uma Semântica que ele mesmo procurava estabelecer, que era estruturalista, mas que era diferente do Greimas, de toda essa gente. Assisti também Greimas, Roland Barthes, Lacan, mas só para ver quem eram. Conheci o Foucault em frente à livraria Masper. Eu fiz o meu curso com Ruwet e com Prieto, que era meu orientador, complementado pelas aulas de ° Ducrot na rue des Feuillantines (Escola Prática de Altos Estudos). O Prieto, quando eu vim para o Brasil, foi convidado para ser professor em Genebra. Ele até me convidou na época, mas eu não quis ficar, eu queria voltar para o Brasil. Ele foi para Genebra, para o lugar onde tinha sido a cadeira do Saussure. O Prieto foi professor lá, morreu há alguns anos atrás. Prieto fazia uma Lingüística que trabalhava a questão do sentido, da significação. Para falar a verdade, eu não me identifiquei muito com o que o Prieto fazia porque, na época, ele trabalhava com sinais de trânsito, ou seja, um sentido largo de Semiologia. Ele tem um livro que se chama Mensagens e Sinais. Ele fazia uma espécie de trabalho que era de semiologia e dentro do estruturalismo. Como não era ainda aquilo, eu continuei a procurar o que eu queria. Eu achava que não era bem aquilo, como não era o que o Ducrot fazia também.

Então aconteceu uma coisa muito interessante, eu conheci Foucault, que já me impressionava muito. Fiquei conhecendo-o mais nas ruas, pois ele ficava na frente dessa livraria e todo mundo ia até lá conversar. A vida intelectual no Quartier Latin era muito viva, era um momento de efusão intelectual de rua na França. Eu aprendi muito, no fundo, na rua, mais do que, às vezes, em sala de aula. Nessas relações em livrarias, teatro, cinema, espetáculos, enfim, pessoas que você conhecia. Nessa livraria uma vez eu vi dois livros, um perto do outro, um era da Julia Kristeva, sobre semântica e o outro era do Pêcheux, era *Análise Automática do Discurso*, publicado pela Dunod em 69. Tinha sido recém-publicado e estava em destaque na livraria. Eu olhei aquilo, achei interessante, comecei a ler. Tinha uma parte que era de informatização que não me interessou muito, mas eu fiquei muito impressionada porque falava

em política, essas coisas que eram centro de minha atenção: linguagem e política.

Eu voltei para o Brasil, retomei meu cargo de professora da USP, retomei toda uma luta que nós tivemos e que foi muito levada, enquanto eu estava fora, pelo Isidoro e pelo próprio Cidmar, com quem eu vim a ter uma relação muito difícil mais tarde. Eles batalharam muito para que a Lingüística fosse uma disciplina autônoma, que não fosse um ramo da cadeira de Filologia. Houve a divisão da Filologia e da Lingüística. Trabalhei até 79 na USP. Depois de 79 fui para a UNICAMP, convidada só para trabalhar em AD. Na USP eu comecei a dar AD, mas era disfarçadamente. Depois, continuando nessa direção, na USP, eu trabalhei muito com Sociolingüística, porque o professor Phillipson se indispôs com as pessoas do nosso departamento, indo embora para a Psicologia. Sobrou o curso de Sociolingüística, que seria extinto. Eu falei que não, que eu daria a disciplina. Eu batalhei para dar aula de Sociolingüística, só que nessa disciplina eu não me identificava muito, eu ficava procurando mais, aí que é interessante, pois ao invés de aplicar simplesmente aquilo que era da teoria, eu comecei a discutir os pressupostos teóricos e metodológicos sobre os quais estas teorias funcionavam. Por exemplo, na Sociolinguística, me incomodava muito o fato de fazer-se uma correlação entre o social e o lingüístico. Eu achava que não era uma correlação. Saussure já diz que a língua é um fato social. Eu tinha que encontrar não uma correlação mas o social como constitutivo e então eu comecei sempre a estar voltada para discussões que tinham a ver com a própria base em que as teorias se constituíam e os objetos que elas iam construir e isso que resultado que dava. Lógico que o fato de ter sido casada com um filósofo que era o Orlandi, de ter uma relação muito forte com a turma do Antônio Augusto Arantes, na Antropologia, o André Vila Lobos da Sociologia, etc, pessoas que eram do meu grupo de vida, vamos dizer, pessoal, foi decisivo. Nós estávamos sempre conversando coisas em comum nesse mundo, e eu era a pessoa de linguagem da turma a quem eles colocavam questões que eu jamais ouvia dos lingüistas. Essas coisas todas foram criando em mim uma disposição já para olhar a linguagem de lados diferenciados. Trabalhei Sociolingüística, Sociologia da linguagem, Etnolingüística além de ser autorizada a dar, no mestrado, uma disciplina que se chamava Análise Sociolingüística do Discurso Pedagógico. Nesse momento eu instalei a questão do

discurso, já na USP, mas em nível de pós-graduação. Isso eu não sei em que ano que foi, 70 ou 70 tantos. Quando eu comecei a dar esses cursos, eu comecei a ficar conhecida pelo meu trabalho. Comecei com a Sociolinguística do Discurso Pedagógico, na Análise Sociolinguística do Discurso, não era AD. Isso é irônico, porque o Pêcheux estava justamente lutando contra a Sociolinguística, contra a Psicologia Social para instituir o campo da AD num outro lugar que não era esse da Sociolinguística. Marcellesi, por exemplo, falava que a análise de discurso era um ramo da Sociolinguística, e o Pêcheux não queria isso, e com razão, porque ele queria mostrar justamente essa coisa do constitutivo, do social, do histórico, etc.

Nesse momento eu fui convidada para vir para a UNICAMP, para trabalhar com AD. Quando eu cheguei na UNICAMP, aconteceu um grande problema. Depois de algum tempo, eu vi que havia pessoas, como dizem os franceses, *foucièrement contre*, que eram profundamente contra o estabelecimento da AD. Eles quiseram extinguir a AD. Eu batalhei muito, fiquei sozinha durante muito tempo, batalhando, mas sozinha em termos, sozinha em nível de colegas de departamento de Linguística. Embora muitos até simpatisassem, não assumiam essa posição de defender uma disciplina chamada AD. Eles quiseram extinguir mas eu falei não, mantive meu trabalho. Sozinha eu tocava a música, dançava, soltava o rojão e buscar a vara... fazia tudo, atuava na graduação e na pós-graduação. Teve um encontro que se chamava Pilei e um Congresso sobre diálogo no ano 80, 81, e vieram muitas pessoas à Campinas. Tinha um curso sobre estudos de linguagem que foi em Campinas. Na mesma época me pediram para participar do Curso de Inverno. Eu dei AD e pessoas que vieram para o Pilei assistiram ao meu curso. O Schegloff e o Searle davam cursos nesses cursos de inverno. Eu, na AD, o Schegloff dava uma espécie de microsociolinguística da fala e o Searle, os atos de linguagem. Algumas das pessoas que assistiram ao meu curso ficaram muito impressionadas e resolveram ficar e fazer pós-graduação. A Silvana Serrani foi uma pessoa que para mim foi muito importante nessa história pois ela deu muito apoio como aluna. Isso é para dizer como é que em uma fundação existem muitas coisas que funcionam. Para institucionalizar, foi preciso que alunos se interessassem para que se configurasse um lugar de existência para essa disciplina, para o que eu tinha para falar disso e para quem. E aí, começou a ser muito forte, aliás, e isso deu ainda mais medo nas pessoas, porque

AD começava a ter um público muito forte, muita gente interessada, e gente de qualidade sobretudo. Isso foi importante. Eram pessoas que se perguntavam por esses pressupostos, eram pessoas que não se contentavam em aplicar simplesmente um conhecimento, no sentido mais banal, mas que se perguntavam por esse conhecimento que estavam praticando.

Do seu livro *O que é lingüística*, que já foi editado várias vezes, eu gostaria de lhe perguntar como foi para a senhora fazer um apanhado tão suscito a respeito da ciência lingüística, no sentido de quais foram os seus parâmetros para incluir e excluir as teorias lingüísticas apresentadas. Como foi para a senhora fazer isso?

Esse livro foi pedido para que eu escrevesse em um momento bom da minha vida. Eu tinha feito já esse vôo, vamos dizer desde minha formação, saindo da Filologia e me formando em Lingüística. Eu já estava indo para a AD. Eu mesma tinha um percurso onde estas opções que você está falando, apareciam com uma certa clareza, como é que a Lingüística se fazia, quais eram as questões principais pelas quais eu passava e o que eu via como necessário deslocar para continuar certas questões. Eu acho que eu tinha uma visão um pouco mais clara disso, não estou dizendo totalmente clara, mas tinha uma visão um pouco mais experimentada diria, na minha profissão como professora e na minha expectativa como pesquisadora. Quando eu falei, nesses dias, na questão da divulgação, eu considero um livro como esse, um livro de divulgação científica. Ele não é um livro de pesquisa, é um livro de divulgação, para formação, mas é um livro de divulgação de certa maneira. Não é da mídia, do jornalismo, mas é de divulgação da ciência, um instrumento de divulgação da ciência porque é da coleção primeiros passos. É muito interessante, pois na coleção primeiros passos eles pedem para você fazer o livro, eles te dão um papel no qual está escrito 'receita para um livro', e nessa receita já estão os limites, você não pode escrever mais do que tantas páginas, você não pode fazer muitas citações. O que aconteceu: o primeiro que eu escrevi, eu fiz cinco versões para chegar até a final e o tempo todo eu me debatia com o editor porque ele pedia para eu tirar coisas e deixar coisas, às vezes eu aceitava tirar e às vezes não. Foi numa relação com o próprio editor que o livro tomou uma certa forma; algumas coisas eu não abri mão, ficaram, que eu achava que a retirada

descaracterizaria. Tem uma forma que é um pouco posta para você e tem a minha própria formação. Eu gosto desse livro mas também fico com pena porque eu acho que a terceira versão, a antepenúltima, era muito interessante, acho que eu devia ter guardado. Foi numa época em que não tinha computador, eu escrevia à máquina, então às vezes eu corrigia em cima do meu original e aí ele ficava horrível, eu passava a limpo e jogava fora. Eu não devia ter jogado fora, essa terceira versão daria uma introdução à Lingüística muito interessante, um pouco mais aprofundada, não era de primeiros passos, mas uma introdução. Eu não percebi isso, até me arrependo de ter jogado fora. Aquela versão era mais rica do que essa última, mas nessa última eu acho que tem tudo o que é necessário para os objetivos dos primeiros passos que é o de pensar um leitor interessado, mas não especialista e que a partir dali as perguntas que ele se fizer, ele vai procurar livros para poder se informar. Por isso que nós colocamos no final, do livro alguma bibliografia básica para dar continuidade. É isso que eu acho bonito na coleção primeiros passos: imagina-se o sujeito num processo de aprendizagem; não se imagina que você vai lá, que fala para ele e pronto, que acabou ali. É um começo para ele, você tem de saber fazer com que ele comece. Vou confessar para vocês que eu fui convidada para fazer esse livro. Normalmente você é que propõe um livro desses. Eu não propus, fui convidada por uma pessoa que trabalhava na editora e que tinha sido minha aluna, na USP, e que se chamava Emília. Quando falaram que alguém havia proposto um livro sobre Lingüística, ela não gostou da proposta, ela falou que tinha tido uma professora que era incrível, que fazia todo mundo se interessar pela Lingüística e indicou meu nome. O livro nasceu de meus cursos de Lingüística na USP.

A senhora propõe no transcórre de sua produção, alguns conceitos-chave para a fundação da AD. Um deles é o próprio discurso fundador. Qual é o mito de origem desse conceito? O que levou a senhora a fundar esse mito de discurso (fundador)? É complexo porque ele surge de uma crítica relacionada com Foucault. Ele surge de uma crítica e ao mesmo tempo é uma proposta para ser posta nesse lugar. Toda crítica que se faz na Análise de Discurso à noção de sujeito como origem, assim como não existe essa origem, não existe também um sentido que seja origem e etc. No entanto, eu pensava, que quando se pensa em

autoria, não se tem o sujeito como origem, mas quando você pensa o autor, aí é que, pensando em Foucault, mas me deslocando dele, eu proponha uma relação entre o sujeito e o autor. O autor seria uma função sujeito na qual se realiza a ilusão de estar na origem, embora o sujeito não esteja na origem. Da mesma maneira eu falo do discurso como efeito de sentido, mas o texto sendo, correspondentemente ao autor, aquela peça de linguagem que aparece como tendo também um começo, meio e fim e, embora o discurso não tenha começo, meio e fim, o texto representa o discurso como tendo um começo, meio e fim correlatamente. Há discursividades que ainda não se apresentaram na história e, de repente elas irrompem, é isso que eu quis apreender como discurso fundador. Por outro lado, era importante para mim, historicizar essa noção, pensá-la dentro da história por que já era um pouco esse o meu trabalho, que era a questão do Brasil, da brasilidade, etc. Não é que sejam sentidos que não existem, mas são sentidos que acontecem de uma maneira que fundam novas discursividades: passar de uma memória, vamos dizer, como a de Portugal, como a memória que institui no Brasil discursividades que têm a ver com a nossa realidade aqui e não com uma memória lá, de Portugal.

Era para mim muito importante trabalhar o diálogo da conversão do gentio, porque é o Manuel de Nóbrega que escreve, que é um português, e se fala que é o primeiro livro, a primeira obra brasileira. Então, como é que você explica isso discursivamente, pois é interessante, que não é o sujeito empírico, é a posição sujeito, que está ali inscrita, que está construindo uma discursividade que realmente é uma discursividade que é brasileira, que não é portuguesa. Como se funda essa discursividade? Essa idéia, da fundação, como algo que irrompe, acontece, como algo que irrompe dentro de uma tradição, rompendo com essa tradição e instituindo, pela maneira mesma como se estabelece, uma tradição nova, não é que exista uma outra, ela produz o efeito de uma nova tradição, ela produz um passado para ela mesma. É isso que eu digo com aquele enunciado “em se plantando tudo dá”, que na verdade é uma questão da memória enunciativa e a maneira como a gente funciona em linguagem. Esse enunciado não existe de verdade, “em se plantando tudo dá”, não está documentado na carta de Pero Vaz de Caminha, não está escrito isso. O que está escrito é “que de tal maneira graciosa era e por causa das águas que tem”... não é “em se plantando tudo dá”. O que eu quero mostrar é que

você, miticamente coloca isso numa certa perspectiva da sua história e ela passa a produzir efeitos como uma origem, uma fundação; um tipo de discurso de brasilidade, que é esse imaginário meio milagroso, que aqui tudo dá, você não precisa se preocupar porque vai dar certo, essa idéia de uma terra sem limites, produtiva, em que tudo é possível, que é interessante ao mesmo tempo. Mas o que eu mostro, pela análise, é que se tira, do ponto de vista da análise discursiva, tira-se um circunstancial, “por causa das águas que tem”, então, isso estava determinado “por essas águas”, porque tem muitas águas. Só que nós não falamos esse “por causa das águas que tem”, mas se plantando tudo dá. Então vira essa coisa de que dá mesmo, em qualquer condição, na verdade ali estava condicionado a alguma coisa. É muito interessante, ver ideologicamente, como é que funciona. Então foi por aí, foi um pouco pensando isso, essa fundação, a noção de um discurso fundador, pensando a questão da brasilidade, mesmo porque você sabe que eu tenho um projeto na UNICAMP que foi o projeto que sustentou essa existência da AD desde o começo na UNICAMP, que se chama *Discurso, significação e brasilidade*, que foi produzindo muitos trabalhos de alunos, meus mesmo e aí o discurso fundador apareceu, só que aí eu comecei a perceber que haveria vários discursos fundadores. Esse grupo de pessoas que trabalham comigo, Betânia, Maria Cristina, Zé Horta, um grupo que se interessou pela noção de discurso fundador, começamos a ver quais eram os nossos discursos fundadores, como esses discursos irrompem num certo momento da nossa história, produzindo efeitos dessa origem e tradição da brasilidade.

A senhora, no prefácio do livro *Análise de discurso, princípios e procedimentos*, fala sobre memória metálica. A senhora poderia falar mais a respeito disso?

Isso já está no *Interpretação*, que saiu pela Vozes. Nesse livro eu já falo nessa memória metálica, falo isso porque essas coisas vão surgindo do trabalho e da necessidade de conceitos que se vai encontrando na medida em que se vai avançando em pesquisa. Memória metálica, para mim, está ligada à questão de arquivo, no sentido de Pêcheux, em *Ler o arquivo hoje*. A partir dele e de um texto do Courtine que se chama *La touche de Clementis* que foi traduzida pelo grupo da UFRGS. Esse texto do Courtine que se chama *O Chapéu ou o Boné de Clementis* é muito interessante

porque ele define o interdiscurso de uma maneira mais acessível, apesar de vários autores da Análise de discurso definirem interdiscurso inclusive Paul Henry. Ele mostra que o que fala no interdiscurso é uma voz sem nome, pois a memória é “irrepresentável”, no sentido de memória discursiva. Então, quando eu falo em memória metálica, estou distinguindo-a do interdiscurso. Por isso eu a qualifico de metálica, pois ela é produzida pelos autômatos mesmo, pelas máquinas, ou seja, eu estou pensando na informatização da linguagem dos múltiplos meios, os multi-meios. Essa memória, para mim, é um simulacro de memória, ela é um artefato mesmo, da qual temos até uma representação eletrônica. No livro *Discurso e texto* talvez fique mais claro se você for olhar o texto sobre televisão e memória em que eu falo que a memória funciona, numa verticalidade, como diz também o Courtine, em que você tem acontecimentos, na verdade, enunciações estratificadas que vão acontecendo em diferentes momentos e desse conjunto de enunciações fica um resíduo, que produz sentido para os diferentes enunciados. Esses enunciados, como diz o Courtine, já ditos e esquecidos vão produzindo efeitos que fazem com que, ao dizer algo, aquilo pareça já estar sempre dito para você sustentar o que você está dizendo. Está aí o efeito do pré-construído, quer dizer, quando você fala alguma coisa, provoca-se um efeito de coisas já ditas, que tornam possível aquilo que você está dizendo. O que aconteceu com essa memória metálica que é diferente da memória que chamamos interdiscurso, quando eu falo de certa maneira em artefato ou simulacro é que ela funciona horizontalmente. Quando eu digo: “em se plantando tudo dá”, isso é um enunciado, que você pode chamar de intradiscurso. Isso produz um efeito dentro da nossa história, dentro de uma certa memória que é o interdiscurso. Então você tem sempre essa memória e a atualização, a atualidade, e isso vai dar o sentido para você. O que eu estou querendo dizer é que com essa memória metálica você tem uma coisa dita na televisão hoje na novela das seis, que se repete na novela das sete, que depois se repete na novela das oito, que sai no jornal, na revistinha em que é contado um fato qualquer. Na verdade, a expansão de um enunciado horizontalmente vai produzir efeitos como se fosse uma memória vertical, do interdiscurso. No entanto, a memória metálica funciona algoritmicamente, eu diria, ela vai se bifurcando. Então é um dizer presentificado continuamente que funciona como se fosse uma memória, quando na verdade, ele não

é uma memória, ele é o dizer repetidamente re-atualizado. Então, pela maneira como funciona a mídia, aquilo que você já ouviu na novela das sete vai parecer que está na sua memória, quando você ouve aquilo na novela das oito, mas não é memória, é o que está sendo dito mesmo, é a atualidade. A memória metálica tem a ver com as novas tecnologias de linguagem, com a maneira que a linguagem está representada através dessas tecnologias, fazendo efeito de memória quando na verdade é atualização.

Então, o que eu estou querendo fazer é distinguir essas noções, porque as pessoas em geral confundem quando estão fazendo uma análise e tratam como memória tudo isso no mesmo estatuto. E eu acho que tem de haver uma distinção, porque o interdiscurso é a memória histórica, mas no caso da memória metálica, a ideologia está estampada explicitando o jogo dela, praticamente. Eu digo metálica, porque é do computador mesmo, pois tem relação com o excesso do dizer, com a quantidade e a repetição. Afinal tudo é dito o tempo todo, é dito e funciona *como se fosse* uma memória.

A senhora disse que a AD tem como objeto de estudo o discurso. Gostaríamos de saber porque a AD continua fazendo parte da Lingüística, já que o objeto da Lingüística é a língua?

A AD teria que estar em algum lugar e eu prefiro que ela esteja junto com a Lingüística do que com as Ciências Sociais. Se estivesse nas Ciências Sociais, seria provável que ela acabasse sendo confundida com a Análise de Conteúdo, o que para mim, seria pior. O fato de ela ficar perto da Lingüística facilita dizer que há uma materialidade do discurso, porque a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua. Então, é por isso que trabalhamos o discurso como lugar onde se observa esse movimento, da relação da língua com a ideologia. Eu acho que é uma questão de lugar institucional e para Pêcheux foi muito importante no momento em que ele constituiu a questão da AD como um corpo teórico específico, foi importante para ele mostrar a relação que havia com a língua. Por isso ele chamou lingüistas para fazerem parte da equipe. Ele trabalhava muito com lingüistas, filósofos e historiadores, porque tem a questão da língua e da história. Sempre lingüistas, historiadores, filósofos e psicanalistas trabalhavam juntos, pois tratavam da questão do sujeito, questão da história e da questão da língua, o que é básico para

compreender a questão do discurso. A história não é transparente, segundo Marx; a psicanálise mostrará que o sujeito não é transparente e a Lingüística mostrará que a língua não é transparente. Então, isso tudo tem materialidade e a psicanálise é interessante, quer dizer, o lugar em que Pêcheux coloca a psicanálise, como ele mostra no artigo da *Langages* 37, em função da questão do materialismo não em função de outras questões. Então, é muito interessante o deslocamento que ele faz para sair do idealismo da maneira como era tratado, a questão da linguagem e a passagem para uma posição materialista do trabalho com linguagem em que você pensa materialmente a linguagem. Essa relação com a Lingüística foi fundamental para ele, porque você veja o que aconteceu com o Althusser e a noção de ideologia nas Ciências Sociais. Você vê o desgaste, pois essa noção parou de significar como deveria. Então, eu acho até que a AD tem de ficar do lado da Lingüística. Ela manteve ainda um pé numa, nessa questão da não transparência que não é ocultação simplesmente como vai ficar a questão da ideologia e como ela é tratada na Sociologia etc. Aí tem o problema da institucionalização das disciplinas. A instituição está demorando muito para se dar conta de que não é assim que tem de se organizar as ciências humanas. A AD é a prova viva de que não dá mais para organizar as Ciências Humanas como elas estavam organizadas no século XIX, pois nós continuamos a distinguir as ciências como eles distinguiam no século XIX. Agora a noção de sujeito, a noção de linguagem, a noção de história não é mais a mesma do século XIX. E, as Ciências Humanas e as Ciências Sociais sustentaram-se nessas noções como elas eram no século XIX e elas continuam assim sem sustentação nenhuma para permanecer nesse mesmo desenho em que elas estão. Então, nessa perspectiva, não há mesmo razão nenhuma nem para estar de um lado nem para estar de outro. Agora, além de colocar a AD dentro da Lingüística, eles hierarquizam, dizendo que ela é dependente da Lingüística, mas ela tem autonomia e aí entra a minha história. Sempre estive num lugar da história complicado. Nos anos 60, eu brigava para a Lingüística ser autônoma em relação à Filologia, e hoje eu brigo para a AD ser autônoma em relação à Lingüística. Sem dúvida, eu batalho pela autonomia da AD enquanto disciplina, mas o lugar institucional é o que complica é aí que falo que não há solução enquanto as ciências continuarem organizadas como estão porque, se você colocar a AD

dentro das Ciências Sociais, pode-se perder o caráter que a AD tem de analisar a língua fazendo efeito, ao confundi-la com análise de conteúdo ou com hermenêutica. O lingüista trabalha com a língua como objeto autônomo, pensando-a abstratamente e o analista de discurso pensa materialmente a língua, ela fazendo efeitos, sendo falada, na verdade, a língua funcionando num mundo pelo sujeito, o que não é objeto da Lingüística. Agora, o que eu não admito é quando adjetivam a AD como Análise Lingüística de Discurso. Por exemplo, algumas pessoas dizem isso para poderem afirmar que ela não é análise de conteúdo. Mas não se precisa dizer que é Análise Lingüística de Discurso, pois se estaria justamente pensando que é possível enxertar a Lingüística na AD, mas não dá. Você não pega o resultado de uma Análise Lingüística e enfeita com mais alguma coisa e isso torna-se AD. A maneira como a AD concebe a língua no seu interior já é diferente, ela (re)significa a língua, como diz o Paul Henry. A língua para o analista de discurso, retomando Pêcheux, é relativamente autônoma, porque para significar, é preciso que a língua se inscreva na história, ao passo que para o lingüista, a língua é totalmente autônoma, ela é um sistema o “*où tout se tient*” como diz o Saussure, o sistema em que tudo se mantém. Quer dizer, ela tem uma ordem própria, mas para significar essa inscrição da língua não é fechada, ela não pode estar fechada nela mesma. Mais uma crítica que eu faço: a maior parte das pessoas que eu conheço na Lingüística e dizem fazer AD, continuam a ter como objeto a língua e não o discurso e isso é outra grande confusão que tem acontecido. Eles dizem isso, porque a AD retoma o sujeito e a situação, o que foi excluído da Lingüística. Só que para levar esses elementos em consideração não se pode continuar no mesmo território, deve haver uma desterritorialização, como diz Pêcheux, em relação à Lingüística a fim de se compreender o sujeito e a situação incluídos ali. Então a forma pragmática e, vamos dizer, utilitária, é pegar uma primeira análise, como se faz na Lingüística, levantando SN, SV, fazendo toda análise igual a da Lingüística e depois colocando-se ainda a situação, mais o sujeito, e aí você tem AD. Isso não é AD. A AD constitui-se com um dispositivo que é próprio em que a língua entra de uma determinada maneira e não como produto de uma análise lingüística. A análise lingüística tem seus próprios procedimentos, por isso eu escrevi o *Análise de Discurso Princípios e Procedimentos* para responder criticamente a essa idéia de que

você pode fazer uma análise lingüística e acrescentar mais alguma coisa, que eu chamo de “puxadinho teórico”. Eu sou frontalmente contra isso, ou seja, eu acho que não é assim, você constitui, é outro objeto mesmo e isso também era uma briga com umas pessoas que me criticavam na época tentando impedir que eu fizesse a AD e que ficava muito nessa posição, na verdade, que é da Lingüística, mesmo, já, porque eu, de acordo com que fala Courtine, me colocava na posição de que, para fazer a AD, você precisa ser lingüista e esquecer que é. Então, eu brinco até nesse texto que eu escrevi, eu falo que, na maior parte das vezes, ou a pessoa não é lingüista ou ela não esqueceu que é, quer dizer, então ela faz um arremedo de uma AD, faz uma análise lingüística estendida, ou ela também não leva em conta a língua, porque é difícil levar em conta a língua de uma outra maneira que não aquela que a Lingüística levava. Essas pessoas, que resistiram um pouco quando eu comecei a fazer AD com conseqüência e que perceberam que era para valer, falavam que era tautológico dizer: o objeto da AD é o discurso, mas não é uma tautologia, porque, você diz o objeto da Lingüística é a língua. Então o que é o discurso para a AD e o que é a língua para a Lingüística: é a definição de um objeto. Eu acho que tem muita gente trabalhando com língua e não com o discurso ainda na AD, falando que faz AD, mas o objeto que eles querem compreender é a língua. O meu é o contrário, eu passo pela língua para compreender o que é o discurso.

O que a levou a escrever sobre o DP, nos anos 80, e por que só uma obra? Por que não escrever mais sobre esse tema?

Só uma obra quer dizer só este livro. É o meu primeiro livro em Análise do Discurso. O meu primeiro livro no sentido de compor, ou seja, eram várias coisas que eu estava pensando e que acabaram resultando neste livro. A primeira editora que editou não foi a Pontes, foi a Brasiliense. Só tem uma edição da Brasiliense porque havia muitos erros e eu queria revisar e acrescentar um artigo, na verdade, dois capítulos. No entanto eles demoraram em se resolver e a Pontes se interessou em publicar. Mas era muito importante para mim que a primeira edição fosse a Brasiliense. Eu tinha um grande respeito, é uma editora que nasce sob o signo do marxismo então isso para mim era meio simbólico. Quando eu escrevi o meu primeiro livro, eu simplesmente pus dentro de um envelope e mandei para a editora perguntando se eles tinham interesse em

publicar. Eu não conhecia ninguém, então, peguei, coloquei dentro de um envelope e mandei. Nem uma semana depois veio a resposta, eles estavam interessadíssimos em publicar. Uma das pessoas que depois me mandou uma carta dizendo que tinha gostado muito do artigo foi a Marilena Chauí. É justamente sobre o DP, sobre a questão do autoritarismo, que eu escrevi. O livro sai mais tarde, mas quando eu escrevi foi no final dos anos 70. Então é aí que começa um pouco esta história. Eu acho que o livro foi aceito imediatamente porque ele tinha essas características de ligar a linguagem à questão das Ciências Humanas e Sociais, ao político, ao histórico, ao ideológico, etc. e era um lugar vazio dentro das publicações no Brasil, embora já tivesse público sensibilizado para a análise do discurso. Mesmo não existindo a prática da AD tão diretamente no Brasil, já existia a conjuntura das Ciências Humanas e Sociais, do político, etc. Então quando eu mandei ressoou logo. Eu não esperava assim. Eu tive que sair correndo atrás porque havia erros, por exemplo, quando eu falava a identidade do leitor saía a idade do leitor. Aí fica grave falar que o sentido depende da idade do leitor. Eram coisas assim, porque foi muito rápido, o processo todo foi muito rápido. Bom, mas porque esse livro? Eu não estava querendo escrever exatamente sobre o DP. Eu tomei o DP porque na USP, para dar AD, eu tive que dar análise sociolinguística do DP. E porque que eu tomei o DP como objeto das minhas pesquisas? Foi por uma questão política, era época da ditadura e eu comecei a pensar sobre o discurso. Eu peguei o pedagógico porque eu comecei a pensar criticamente em relação ao próprio lugar onde eu estava porque as pessoas criticavam todo mundo, mas não o próprio lugar onde elas estavam. E o que eu queria fazer era a crítica da universidade naquele momento. Mas não tinha condições de fazer senão por um trabalho de análise porque não existia um discurso possível para isso, isto é, você era presa se você falasse certas coisas, então, tinha que ser pela ciência. Isso é uma coisa que eu acho que é muito importante no meu trabalho: ele é marcado pelo fato de que a teoria é política. Por isso, que eu escrevi sobre o silêncio num certo momento, sobre as formas do silêncio. Quando eu fui estruturalista já era uma maneira de estar dentro da instituição de uma forma contundente. Quando as pessoas falavam ainda nos conteúdos você trazia uma ciência que fala de estrutura, que dizer já era uma posição política. As maneiras de se manifestar o político teoricamente era muito forte porque nós não tínhamos um discurso

político no lugar do político. E o que aconteceu é que eu tomei o DP para fazer essa crítica porque o que eu queria mostrar era que, em termos de discurso, que era uma convicção minha, se nós vivíamos num estado autoritário, nós mesmos estávamos desenvolvendo discursos autoritários. Era fundamental eu mostrar isso, por isso que eu começo com aquela trilogia: o discurso lúdico, o polêmico e o autoritário. Eu quero fazer um parêntese, eu conheci o Pêcheux, eu o vi uma vez só, foi nas Ciências Políticas, no Rio de Janeiro. Ele veio para um congresso. O sociólogo André Vilalobos me avisou e eu viajei a noite toda de ônibus para assistir falar. Gostei demais da fala dele e fui conversar com ele. Falei um pouco, eu estava compondo esse livro e falei desse artigo, meio assim, meio medrosa. Ele achou ótimo, achou que eu tinha que aprofundar essas coisas, essa tipologia do polêmico, lúdico e autoritário. Então, eu tive a bênção do mestre. Eu achei ótimo e convidei-o, ele viria em agosto do ano seguinte para dar um curso. Conversamos até por telefone algumas vezes, mas ele morreu nesse meio tempo. Ele achou interessante a idéia e achava que eu tinha que aprofundar. Às vezes eu até penso em retomar algumas coisas que eu deixei em paralelo, mas enfim, a razão foi essa, eu consegui mostrar como a questão ideológica não era uma questão de conteúdo, mas é mais complexa e você é afetado ideologicamente pelo estado da sociedade e da história que você está vivendo, você não está fora dela. Não existe discurso sem ideologia e não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia e aí era tudo isso que me motivava. Mas porque só isso sobre pedagógico? Já era muito. Cada um desses textos que eu fiz para o livro, eu apresentei em congressos, principalmente porque era novo falar em discurso e não era assim tão fácil de as pessoas entenderem aquilo que se estava querendo colocar. A Marilena Chauí estava viajando e me mandou uma carta sobre a questão que eu colocava em "Para quem é o DP". Eu falo dela porque eu tinha mandado o texto para ela ler, e ela me mandou a resposta dizendo que achava incrível. Ela falou uma coisa muito séria, pra mim, na época, pois, de acordo com ela, quando falava-se de um discurso autoritário, ia-se lá e mostrava-se. Ele é autoritário por causa disso, mostrava-se, na materialidade da língua, onde isso está marcado, e isso é muito importante. Eu guardei isso para mim e acho que é realmente, porque quando você faz a análise você não fala é autoritário porque você está dando uma opinião, você vai lá no texto e mostra é autoritário porque o

sujeito aqui se coloca numa posição em que não há reversibilidade possível, não há polissemia nesse discurso. Eu gosto muito da AD, acho que é um instrumento de reflexão, é um método para se pensar que é muito forte, eu acho muito forte. E a grande novidade é pensar o político, o social, o histórico pela linguagem. (nesse momento, acaba um lado da fita) (...). Não há possibilidade de desvincular a sociedade do histórico, do simbólico, nem o simbólico dessas coisas que a posição exige do lingüista.

O DP, enquanto discurso autoritário, aparece como discurso do poder. Então, o esquema da imagem dominante aparece declinado segundo uma gradação de autoritarismo cuja forma mais autoritária é a imagem que o professor tem de si mesmo IA(A). O que levaria a construção dessa imagem de si mesmo? Qual seria a importância para o professor dessa imagem que o professor faz de si mesmo?

De um lado você tem o discurso e de outro você tem a instituição, quer dizer, não é por si mesmo que esse sujeito se pensa. É a partir da posição que ele tem institucionalmente. A imagem que ele se faz está ali, é a materialidade do próprio mundo, isto é, institucionalmente determinado. Mas isso é tão forte, por exemplo, o presidente, quando ele fala para esquecermos que ele foi sociólogo, que ele não está falando como sociólogo, ele tem até razão, porque quando ele está lá, como presidente, é a posição de presidente que está falando nele. Aquilo que eu digo, a minha filha, a primeira vez que ela chegou tarde em casa, eu falei: isso são horas? Exatamente como minha mãe falava pra mim e eu nem me dei conta. É muito forte isso, seu ser no mundo, nessas posições. O mundo é regido pelo político, e é a materialidade dessa posição sujeito que faz com que esse professor, dentro de uma sociedade como a nossa, que investe nesse professor certo poder, dentro de uma certa hierarquia faz com que ele se veja num imaginário que o coloca nesse lugar esquecendo todo o resto que ele é, que ele é o colega também, que ele é o aluno em outra situação, mas naquela hora que ele está ali, nessa posição sujeito, é essa posição que fala nele. Então é nesse sentido que eu acho que nós mais somos falados do que falamos. Isso que é ideologia para mim. A ideologia não é ocultação, ao contrário: a partir de uma certa posição você se interpreta ou interpreta, é a partir de uma certa posição, com muita evidência na verdade, evidenciando e não ocultando. Você esquece que são

mediações e passa a funcionar como que se aquilo só pudesse ser assim.

É colocado como sua proposta, a busca (professores e alunos) de um DP que fosse pelo menos polêmico e que não nos obrigasse a nos despir de tudo que é vida lá fora ao atravessarmos a soleira da porta da escola. Hoje, 15 anos após a Segunda edição desse texto, na sua opinião, essa proposta foi alcançada, ou pelo menos se chegou mais perto de alcançá-la?

Eu acho que sim, mas agora acho que não como proposta. É que ninguém ficou parado, nem o professor, nem o aluno. A própria necessidade, as necessidades vão se deslocando e eu acho que há, sim, um certo deslocamento em relação a isto. O que eu não sei avaliar é se nesse deslocamento há sentidos que, ao se deslocarem, eles realmente produziram mudanças mais fortes. Às vezes há deslocamentos, mas eu não sei, eu gostaria que essas mudanças fossem mais fortes. Por exemplo, isso que nós acabamos de dizer, que a instituição continua a organizar as disciplinas da mesma maneira etc. eu acho que nisso também o professor está investido. Tanto é assim que eu aprendi que para poder falar sem ser presa nessa armadilha da instituição que é a disciplina, que te prende num lugar e te obriga a reproduzir-se continuamente, que eu inventei outros lugares pra eu funcionar para poder funcionar de outras maneiras. Então, por exemplo, além de eu ser professora do Instituto de Estudos da Linguagem no Departamento de Lingüística, eu sou coordenadora do Laboratório de Estudos Urbanos onde eu faço uma pesquisa multidisciplinar onde eu não tenho que responder para um lingüista o que eu estou fazendo lá. Então, eu pego e crio um outro lugar onde eu posso estar e é aí que se aprende mais, nesses lugares híbridos que eu gosto e que na verdade, não são muitos definidos, que ficam em lugares de entremeio, como diz Pechêux: está aqui e não está lá ainda. Esses lugares que eu acho interessantes. Eu vou dar aula para jornalismo científico, eu trabalho com menino de rua e isso me obriga a pensar a linguagem de outras maneiras porque essas pessoas me perguntam coisas que os lingüistas não me perguntam, por exemplo, e aí eu sou obrigada a me pensar um pouco diferente na maneira de pensar essas coisas.

Hoje eu tenho uma outra proposta para a escola, ela vai estar nesse livro que está saindo agora: Língua e conhecimento Lingüístico (Cortez, 2002). Sobre a escola, eu falo que se antigamente falava-se que era preciso que a rua entrasse na escola, hoje eu sou favorável a posição de que a escola deva ir para a rua. Então a direção que hoje eu estou propondo é um pouco diferente. Mudou, eu acho que mudou. Mas hoje já estaria numa posição que demanda à nossa atualidade um outro movimento. Quando eu falo que a escola deve ir para a rua é porque eu sei que é impossível no Brasil se colocar toda a criança na escola. Isso é impossível porque não tem nem prédio, nem fisicamente, nem empiricamente. Quanto mais você pensar o que significa escola, num sentido mais amplo do conhecimento, não dá para você colocar todo mundo dentro de uma escola no Brasil porque você não tem essas condições construídas historicamente, socialmente etc. então para mim a solução, entre aspas, um gesto que pode ser feito é colocar a escola na rua, disponibilizar um pouco mais essa escola na rua, porque aí sim você vai para a rua. E o que é ir para a rua? Bom, aí começa uma história toda que eu tenho trabalhado que é mais complicado, porque aí eu digo que seria uma posição menos autoritária, seria não deixar este saber todo do lado de fora, deixar que ele entre na escola.

Na página 37, é colocado que da primeira vez que algumas idéias foram expostas acerca do DP (discurso autoritário), o professor Rodolfo Ilari questionava se esse autoritarismo seria um mal de raiz do DP. Coloca-se que o mal de raiz do DP é refletir a ordem social na qual existe (relações institucionais das quais faz parte). Como a senhora concebe essa relação hoje? Qual seria o mal da raiz do DP hoje na sua opinião?

Então, o que eu acho é que a forma que toma o sujeito do conhecimento hoje é um sujeito urbano escolarizado. É isso que eu tenho pensado muito atualmente, quer dizer, o mal de raiz é uma urbanidade que se faz apesar do político e do social. O que eu quero dizer é que trabalhando com cidade, o que eu percebi, é que a nossa sociedade é fundamentalmente uma sociedade urbana. A escolaridade, por exemplo, ela faz efeito não só sobre quem vai à escola, quem não vai à escola também sofre os efeitos da escolaridade, justamente porque não vai. Numa sociedade como a nossa não existe “fora de”, você é excluído mas não está fora. Você está sempre numa relação que é a relação de inclusão, exclusão,

etc. você nunca está fora totalmente. A mesma coisa na sociedade urbana, mesmo as pessoas que não vivem na cidade elas são afetadas pelo fato de que a nossa forma de funcionar socialmente é urbana, e isso é urbanizadamente, ou seja, vai fazer efeito mesmo para quem não está na cidade. Acontece que o que eu fui descobrir trabalhando com cidade é que o urbano sobredetermina o que é social. Hoje relações sociais são relações urbanas, quando na verdade isso não deveria ser assim. Não poderia haver essa sobredeterminação de um sobre o outro. O social deveria se definir de uma certa maneira e o urbano ser alguma especificidade desse social. Mas eu acho que está identificado o social e o urbano. Mais do que isso, para mim, o urbano tem uma força, o sentido que está sendo dado ao urbano, que silencia inclusive o que é cidade mesmo, isto é, se identifica também que o urbano é aquilo que é da cidade. No entanto, o que eu percebo é que há sentidos na cidade que o urbano apaga. E aí eu vou retomar o rap, para ver onde estão esses sentidos da cidade, pensando a materialidade mesmo, porque esse urbano para mim é um subproduto de deslizamentos de sentidos e efeitos da ideologia do discurso do urbanismo que se tornou senso comum, que passou a significar o que é cidade. Aí, então, o mal de raiz se eu pudesse dizer isso hoje, é isso aqui que está sobredeterminando todas essas relações. Tudo ficou subsumido por essa equação aqui. Então, para mim, atingir isso é atingir esse mal de raiz que seria você pensar a escola, o modelo de escola que é a de um sujeito urbano escolarizado, quando na verdade para mim isso aí já é um efeito ideológico, você teria que desmanchar esse efeito para que houvesse a possibilidade de um efeito do real nessa relação da escola. Eu estou falando da escola, do pedagógico, o modelo da escola é esse modelo urbano aí.

Fale um pouco mais da questão do efeito-leitor?

Essa questão é, no meu ponto de vista, uma das coisas das mais frutíferas que eu tenho observado em termos de trabalho. Não poderei falar muito, mas eu acho que é muito interessante como questão.

A questão do efeito-leitor, que foi a pista para eu perceber todo o movimento das versões, é uma coisa que faltava trabalhar. Assim como eu penso a função-autor como uma função-sujeito, que tem uma certa representação na linguagem, que funcionará de uma certa maneira, a idéia de efeito-leitor é correspondente à função-

autor em relação ao sujeito. O efeito-leitor seria um efeito da função-autor que seria correspondente do lado do leitor. E o que o efeito-leitor mostra para mim é que na formulação você tem a textualização do discurso. Por exemplo, você tem um discurso feminista, de modo geral, e você, que tem uma posição dentro do discurso feminista, faz uma formulação qualquer, enquanto autor, que tem a ver com esse discurso feminista.

A maneira como você textualiza produzirá um certo efeito-leitor, ou seja, a maneira como você formulou coisas a partir de uma certa discursividade produzirá possibilidades de sentido que constituirão uma posição de um sujeito que, ao ler, entrará nessas possibilidades constituindo um efeito-leitor, produzindo um efeito-leitor. O sujeito incorporará isso como sendo esse efeito-leitor.

O sentido é sempre relação, então, é nessa filigrana de relações que eu diria que a maneira como um discurso se textualizará produzirá um certo efeito-leitor, é nessa tramitação que o sentido vai se compondo. Você não tem um sentido alocado em lugar algum, mas o efeito-leitor vem de todo esse possível que nasce do fato de que você não tem um ajuste perfeito entre a discursividade e a formulação que você faz da discursividade.

No fundo, para mim, o lugar dessa movimentação do sentido é o lugar em que justamente o sentido poderá ser outro na leitura. É aquilo que eu digo que a leitura é: o fato de que o sentido pode ser outro, de que o sentido está nessa relação.

Como o analista pode buscar a formação desse efeito no discurso? Seria através da ordem do simbólico?

Sem dúvida é a questão da representação simbólica. Como analista você tem que pensar que existe essa atualização da discursividade numa formulação específica e isso produzirá um efeito que é fundamental de ser pensado. O que está investido nisso é que a função-autor, no momento em que se constitui, cria necessariamente um efeito-leitor. Aí aparece o que eu chamo dos gestos de interpretação. O que acontece é que, no momento em que o sujeito está formulando algo, ele está interpretando. Ao interpretar ele formulará de uma determinada maneira. Esse modo de ele interpretar está marcado nessa formulação e isso é o que produzirá o efeito-leitor. Ele será percebido como uma projeção da forma como esses gestos de interpretação estão inscrevendo uma certa formulação a partir de uma discursividade. São sempre

relações de projeção que você estará vendo e aí você poderá apreender o tal efeito.

Como você está dizendo, é na representação simbólica que você poderá pegar esse efeito. O que eu insisto em dizer é que esse efeito tem que ser pensado a partir da formulação e da circulação do sentido, que também é importante. Existe, isso sim, diferença entre um sujeito-leitor e um efeito-leitor. Um efeito-leitor, se você pensar uma palavra, frase..., por exemplo, o Eu te amo dito no seu ouvido pela pessoa que ama você e a mesma frase escrita numa faixa com um avião passando, etc... Esse efeito é diferente por causa desses gestos de interpretação que estão postos na formulação, então, há uma relação forte entre os gestos de interpretação da formulação e esse efeito-leitor.

O que a senhora pensa sobre a segmentação do jornalismo impresso em cadernos no que se refere à produção de sentidos e à leitura?

O efeito-leitor é diferente nos diferentes cadernos.

E num mesmo caderno? Por exemplo, na Folhateen, que é meu objeto de pesquisa, eu observo a formação de vários efeitos-leitor. É isso mesmo?

Sem dúvida. Você está pesando em uma fragmentação, não é?

Acho que você está na pista sim. Quando você estava falando eu pensei que quando você, por exemplo, olha um caderno C e você vê um efeito nesse caderno, tem um efeito-leitor a partir do momento em que você vê o nome do caderno. Agora, eu acho que você observa isso num mesmo caderno se você observar diferentes seções. Você perceberá que há uma fragmentação. O que eu queria chamar atenção é para as várias versões do efeito-leitor. Assim como você tem versões na própria autoria do texto você teria também no efeito-leitor diferentes versões dentro dessa fragmentação.

Como a senhora vê a leitura hoje no Brasil?

Você viu o filme Central do Brasil? Você lembra que o ato de escrever no filme vira outra coisa pelo processo que Walter Salles mostra, essa coisa de escrever para o outro e que, na verdade, as cartas não são enviadas? Então, o que eu acho é que nós

precisamos tirar essa positividade de escrever como informação, o que é escrito e o outro lê e decodifica.

Na verdade, escrever é tanta coisa. Ler também; o efeito-leitor também. O filme *Abril Despedaçado* mexe com a leitura. Nesse filme, Walter Salles vai tratar do que é ler.

No filme, ambientado no nordeste, são dois irmãos que vivem com os pais num lugar distante de qualquer coisa do mundo, eles trabalham com cana, numa pequena produção e possuem uma grande rixa com outra família. Mas, o que é importante é que passam pelo lugar dois artistas (um casal), de circo, e a moça dá a um dos irmãos um livro. A partir de então ele, que não é alfabetizado, começa a ler o livro. E é a isso que eu refiro-me quando digo que escrever e ler pode ser muita coisa, porque ele começa a relacionar-se com o livro e passa a contar o que está escrito no livro. Ele inventa, mas não é de todo uma invenção, e isso é lindo. Eu gostaria que você visse para que você perceba o que é um efeito-leitor, porque aquilo é um efeito-leitor puro se é que se pode dizer assim. Ele não é alfabetizado, mas está configurado na posição de quem está diante de um objeto leiturável. E ele compreende profundamente o que é isso.

No filme existe um efeito-leitor fortíssimo. Não é em linha reta, mas como eu falava anteriormente, como o discurso está formulado, os espaços de interpretação que ele deixa e como se chega no efeito-leitor que pode ser lido, são as leituras possíveis.

Como a senhora vê os resultados da primeira etapa do “Projeto História das Idéias Lingüísticas no Brasil: Ética e políticas das línguas”, o que está sendo feito no momento e quais são as perspectivas futuras?

Eu acho que aquela primeira parte foi fundamental, que foi desenvolver as nossas idéias lingüísticas mesmo antes de chegar à Lingüística, era essa a idéia, pegar lá no século XIX, os gramáticos, e antes os relatos sobre a língua. Tudo isso já são idéias lingüísticas mesmo que não tenhamos ainda a Lingüística configurada como uma disciplina. Então essa história toda eu acho que nós já conseguimos compreender, naquela relação justamente de constituição da língua, ao mesmo tempo em que vamos construindo teorias sobre a língua, ou as gramáticas e os dicionários, os instrumentos para pensar a língua e que, na verdade, são também, para o falante, uma representação da relação dele com a língua.

Vamos construindo isso ao mesmo tempo em que estamos construindo um país que é o Brasil, como um país, como um Estado, como nação, tendo uma língua sua, que é a língua portuguesa do Brasil. Essa parte eu acho que nós fizemos, como você viu pelos trabalhos. Lógico que estão faltando muitas coisas, certamente. Eu fico muito curiosa de alguém encontrar uma gramática que nunca ninguém percebeu que existia, feita não sei por quem e que vai trazer coisas que a gente não conhece e que é o arquivo. No fundo, um projeto como esse, entre outras coisas, Rose, tem a importância de construir arquivos que nós não temos. Por isso, é que eu falo arquivo, e aí memória metálica. Eu concebo o que chamo de memória metálica aquilo que já está arquivado. Quando eu falo em memória, isso é uma questão de memória ou é uma questão de arquivo. Eu falo em memória institucionalizada, que é o arquivo, que é essa memória, por exemplo, que está na Biblioteca, está lá no CEDAI, está no Gabinete Português, na Biblioteca Nacional de Paris, etc. É uma memória institucionalizada, ou seja, isso é um arquivo, uma memória que não esquece, ou seja, todo mundo colocou lá um documento para não se esquecer de uma certa história. Depois eu considero o interdiscurso, que é a tal da memória discursiva, é a memória que é estruturada pelo esquecimento, ela justamente funciona porque a gente esquece e fala como se a gente nem soubesse mais daquelas coisas, e é aí que a coisa faz sentido em nós. Ora, eu acho que no nosso caso aqui, com o Projeto *História das Idéias Lingüísticas*, o que eu quero é trabalhar o nosso interdiscurso na relação com essa memória institucionalizada para ver quanta coisa está nessa memória e quanta coisa ainda não conhecemos dessa nossa memória. Por isso eu falei que o meu livro *Língua e Conhecimento Lingüístico* que tem como epígrafe "O Brasil não conhece o Brasil", brincando com a Elis Regina, porque, primeiro, muitas pessoas falam que nós não legitimamos a nossa relação com a língua. Nós legitimamos: os gramáticos no século XIX fizeram um grande esforço para isso, a nossa escrita tem uma legitimidade porque se trabalhou justamente formando programas de escola, gramáticas, dicionários, ensino, os grandes colégios do Brasil para que houvesse uma representação desse nosso saber nessas instituições, etc. Nós fizemos tudo direitinho, não tem defeito nisso, o que fica ideologicamente é que há ainda uma ideologia de que quem fala a boa língua, fala em Portugal. Nós falaríamos um Português decadente porque não é o

mesmo de Portugal. Mas isso é uma questão ideológica. Agora, de fato, na nossa história, pesa. Então, veja, a importância que eu vi desse trabalho é que nós construímos elementos de arquivo para essa memória que não se esquece para lembrar ao brasileiro que não deve entrar nessa da colonização. Aí já é um trabalho da memória que vai um pouco na resistência desses efeitos da ideologia que faz com que nós não percebamos a própria história. Então, trazemos essa história à tona. É uma construção de arquivos, nesse sentido, que nós estamos fazendo. Quanto a isso, é isso que eu iria dizer para você, eu não dou o trabalho por terminado nessa fase que a gente já fez. Deve ter muita coisa ainda que é preciso trazer para o arquivo para ver. E é aí que eu digo também que não adianta trabalhar com o arquivo assim, colocar uma mochila nas costas e procurar os dados, porque às vezes as pessoas fazem isso nesse tipo de trabalho, como se você fosse encontrar uma Lingüística perdida ou uma língua que não é encontrável. Essa língua é a nossa língua, mas ela não vai estar em lugar nenhum e também não há uma Lingüística perdida que nós podemos encontrar de repente, mas há elementos de arquivo, há a possibilidade de você construir arquivos. Isso em relação ao passado. Agora, em relação ao futuro, nós estamos em uma fase do projeto que chama “Ética e Política das Línguas”. Nessa parte nós estamos preocupados com as duas coisas, como é que se institucionalizaram os estudos da linguagem, tipo Lingüística mesmo, Sociolingüística no Brasil, enfim, como é que foram se formando.

Enfim, nós estamos falando da Semântica, da teoria da Enunciação, das várias disciplinas. Vai sair um livro agora intitulado *Institucionalização dos estudos da linguagem: A disciplinarização das idéias lingüísticas* (Pontes, 2001), em que nós contamos um pouco essa história agora, nesse século, no século XX, quer dizer, não nesse, no século passado. No século XX como é que vai se dando isso. Ao mesmo tempo, nós estamos falando das normatividades do ensino de língua, porque nós sempre trabalhamos com isso, com essa dupla face, de um lado, como é que o conhecimento sobre a língua vai se institucionalizando e, de outro, como é que a língua vai sendo institucionalizada ou não. Então, nós estamos trabalhando junto com a USP mais diretamente, mas tem pessoas no Brasil todo trabalhando conosco, com colégios que fizeram esse trabalho e os programas de ensino de tudo isso

porque, no Brasil, as pessoas criticam muito que não se ensina direito o português, por exemplo, e não conhecem nem os programas de ensino, nem as escolas, nem como se fez. Ao contrário, o que eu percebo quando vamos para esses materiais é que houve muito empenho em torno desse ensino, dessa coisa toda, muita produção inclusive, de manuais, tem muito material, muitos regimentos. Mas aí interessa também, ao mesmo tempo, justamente a partir desses materiais, a maneira como os colégios se constituíram, etc. Como é que foram se formando políticas da língua. E política da língua não é o planejamento sobre isso, mas como que, pela maneira mesmo que nós vamos tratando as questões da língua, vamos produzindo uma política sobre as línguas. Isso aí entra também no discurso pedagógico, como é que na própria maneira como a língua é tratada na escola estamos produzindo uma política. E aí, para sair um pouco da coisa já produzida, porque senão fica aquilo que eu disse, que as pessoas às vezes falam a favor ou contra a gramática, na verdade, sem conhecer a própria, sem pensar que essa gramática é um objeto histórico e que vai significar de maneiras diferentes em diferentes momentos da nossa história e da relação que nós estamos estabelecendo, em que entra a escola, porque dependendo da relação que se tem com a escola vamos ter os materiais que são utilizados para representar essa nossa relação. Então, hoje, Rose, eu diria que a nossa preocupação no programa é estender isso para que o Brasil se dê uma visibilidade melhor. Só para te dar um exemplo, tem coisas que nós nem pensamos. Eu estou fazendo um trabalho para esse livro sobre a institucionalização das idéias lingüísticas e eu peguei os Congressos no Brasil: da ABRALIN (Associação Brasileira de Lingüística), da ANPOLL (Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Letras e Lingüística) e do GEL (Grupo de Estudos Lingüísticos), que é de São Paulo. Mas, por exemplo, seria interessante saber como é que se forma no Sul algum grupo de estudos de linguagem e o que ele representa, como é que ele se organiza, etc. Aí eu comecei a ver quais eram os temas mais trabalhados nos congressos, como é que foi criada a ABRALIN, por exemplo. Eu tematizo muito nesse trabalho o fato de que quando a ABRALIN foi criada, foi Mattoso Câmara que foi o criador, o fundador mesmo, quer dizer, foram todos os estudiosos que estavam envolvidos, mas ele é que deu voz a isso. Quando foi criada, todos estavam de acordo que tivesse uma Associação

Brasileira de Lingüística. Mas eles passaram horas discutindo quem seriam os membros dessa associação, se deveria ter membros provisórios e membros efetivos, se seriam professores de Lingüística só, ou seriam lingüistas, mesmo não sendo professores, ou seriam professores de línguas, se professor de línguas devia ter direito de freqüentar uma Associação de Lingüística ou não. Eles passaram horas discutindo isso. Então isto concorre para que a ABRALIN tenha esse perfil.

No fundo, quando eu trabalho com isso, o que eu percebo é que eles passam um longo tempo dizendo quem é lingüista e já dizendo quem vai ser, quem não vai ser, qual é o perfil do lingüista e não dizendo o que é Lingüística. Eles ficam horas e eles não decidem, e aí eles começam a dar nomes, e até hoje existe uma distinção de categoria de sócios da ABRALIN. E isso é muito sério. Eu analiso o Chevalier falando dos congressos na França. Antes de falar dos internacionais ele começa a falar dos congressos na França para depois chegar nos internacionais. No Brasil já vai direto para os internacionais, não tem nenhum brasileiro que freqüente. Percebemos que Mattoso fala dos congressos sem se colocar como um ponto daquela história, ele está olhando de fora e o Chevalier quando fala, fala como uma pessoa que faz parte daquela história. Você entendeu? É sempre assim, quer dizer, essas diferenças. Então, o que eu estou querendo dizer é que está cheio de materiais, eu acho, que merecem a nossa atenção para ver que tudo isso vai configurando idéias, toda uma representação. O que me preocupa nesse trabalho, quer dizer, o meu objetivo, é menos falar da constituição da Lingüística no Brasil e mais de como a Lingüística se representa para os seus membros, enfim, para as pessoas que praticam a Lingüística, e para ela mesma, quer dizer, através de Associações e de Congressos. E, depois, vemos o que é tematizado nos congressos é muito interessante também, quer dizer, nos congressos da ABRALIN eles falam um pouco da história das disciplinas, eles falam, por exemplo, sobre a Geolingüística no Brasil, mas sempre voltados para essa coisa bem normativa, como é que deve ser e quem deve ser lingüista. Já a constituição da ANPOLL é totalmente diferente. Ela vem mais tarde, e a gente vê que o efeito existe do pré-construído dela é que já existe Lingüística, ela não discute como é que deve ser ou não. Ela mostra que existe e que precisamos criar condições para estimular a produção. Então, grupos de trabalhos representam todas as áreas, não ficam áreas

de fora, enquanto que na ABRALIN vai haver sempre uma certa linha dominante de produção lingüística que vai estar representada e as outras vão ser menos consideradas.

Amanda Scherer: O que não é o caso da Lingüística Aplicada. A Lingüística Aplicada, por exemplo, não tem lugar definido, então eles estão sempre tentando definir o lugar dela.

Eni Orlandi: É, onde é o lugar dela? A ABRALIN não fala que não existe, mas ela fala quem são, quem somos nós, quem são eles. Os que estão discutindo eu acho que são eles, mas tem uma grande briga porque justamente eles não queriam professor de línguas, mas ao mesmo tempo teria que ser professor de Lingüística, mas nem todo o professor de Lingüística é lingüista. Não sei para quem eles estavam falando, devia ter alguns que eles não gostavam naquela época. Depois, falam, que nem todo o lingüista é professor, então tem que ser para lingüistas, porque eu acho que tinha lingüista que não tinha cargo. Mas é estranho, se nós vemos quais são as pessoas que estavam presentes desde o começo, o Gomes de Mattos, Geraldo Cintra, Uchoa, também a UFP está muito presente. A reunião primeira foi na Universidade Federal de Pernambuco porque foi em um congresso lá que eles se reuniram e resolveram formar essa associação. E os do interior do estado de São Paulo não estão presentes, nem o Maurer, nem o Salum, nenhum deles na criação. É muito estranho que a USP esteja totalmente ausente. Mas o GEL, já do interior de São Paulo, é feito, segundo eles, com a idéia de que devem ser feitas associações regionais para que haja assunto na ABRALIN. Nunca vai funcionar desse jeito, as regionais em função da ABRALIN. A ABRALIN fica uma outra coisa e não uma entidade inexpugnável, digamos. Então, eu acho que está cheio de assunto para isso que você está perguntando, quer dizer, em relação ao estado atual e o futuro da pesquisa do Projeto História das Idéias Lingüísticas. Eu acho que quando entramos na questão da política já não é mais uma coisa de planificação, a política lingüística entendida como planejamento do ensino, mas todas as instituições, todos esses acontecimentos que vão configurando, e o trabalho, por exemplo, que vocês estão fazendo hoje em relação à Leonor Scliar Cabral, é profundamente dentro desse assunto, no sentido que é um depoimento de alguém que fez um certo percurso. E quantos percursos são feitos por aí e que nós desconhecemos dentro da Lingüística. Por exemplo, no caso da USP, há um momento em que claramente eles querem tirar a

Sociolinguística, querem que o Phillipson saia e ele vai embora para a Psicologia. Ele desistiu, foi para a Psicologia e simplesmente desistiu de dar Sociolinguística na USP porque era inviável. Eu assumi o curso para que a Sociolinguística não fosse excluída do programa, então, em todo esse jogo disciplinar tem muita coisa para ser contada, ser vista.

No fundo, ao mesmo tempo, falamos em disciplinas num momento, ou seja, numa fase das instituições em que as disciplinas na verdade são todas anônimas do ponto de vista do presente, não é mais as instituições, às vezes, não têm funções e as pessoas para poder produzir são obrigadas, como eu, a fazer laboratórios, como o que foi feito aqui na UFSM, porque no laboratório nós vamos pensar mais do jeito que nós achamos, vamos pensar que não é somente uma idiossincrasia, senão nós tornamos impossível um certo tipo de reflexão e a construção de certos objetos do conhecimento. Nós não podemos ficar no desenho que já está posto. E não é simplesmente por rebeldia, não, é porque a pesquisa exige que a gente além desses desenhos disciplinares, você entendeu? Isso é muito importante para mim e, para finalizar essa conversa da história das idéias, e o que eu faço muita questão de firmar, é que não é para ser contada pelo historiador que vem contar a nossa história, não. Somos nós enquanto pessoas que estamos investidos no conhecimento da linguagem tentando mostrar como é que essa história se faz a partir de um lugar em que nós nos colocamos e não como quem não faz parte disso. Situando teoricamente esses movimentos, na compreensão deles, não numa objetividade, sei lá qual, de um estranhamento de uma exterioridade. Seria uma história contada por qualquer historiador, então, com datas e fatos, vamos dizer. Não é isso não: são os movimentos da própria teoria e das políticas disciplinares como elas vão se constituindo. Eu acho isso fundamental.

Como uma analista de discurso que está a frente do projeto História das Idéias Lingüísticas no Brasil, o que a senhora poderia sugerir ou acrescentar para um melhor desenvolvimento do nosso projeto que tem como objeto de estudo textos sobre Lingüística, escritos por Leonor Scliar Cabral em uma coluna semanal do Jornal Diário de Notícias, nos anos de 1966/1967, em Porto Alegre.

Olha, é um conselho, liga com o fato de que é o momento em que se procura dar visibilidade à Lingüística, como é que ela se representa nesse momento, através desses gestos, quer dizer, começam a querer dar visibilidade social a ela, é aí que começa esse processo. Por exemplo, tem a palestra do Mattoso lá no Sedes Sapientiae em que ele fala “ó gente, às vezes uma comunidade não tem lugares de representação”, ele não fala lugares de representação, sou eu falando, eu nunca vou lembrar do que ele falou, mas seria isso, de associações, de se fazerem congressos, que isso é muito importante. Enfim, ele está propondo, na verdade, que se dê visibilidade a essa coisa que nós fazemos, ele está falando disso, ele fala dos congressos internacionais, de como eles conseguiram realizá-los.

E é justamente nessa época, 1966, que entra no currículo mínimo de Letras a Lingüística como obrigatória. Aí começa. Está se institucionalizando: nós temos que ter mais lingüistas, nós temos que ter associações, quer dizer, vamos pôr ordem na casa. E aí começam as pessoas a querer impor ordem na casa, nos grupos de influência diferentes. Certamente aqui no Sul a Leonor Scliar Cabral vai desempenhar esse papel. Já o Mattoso, que tem uma grande autoridade, cria uma Associação Nacional, aí o Ataliba começa a “fazer a orelha” do professor Salum falando para ele propor o GEL, que é do estado de São Paulo. É uma idéia do Ataliba que é passada para o professor Salum porque ele tinha essa autoridade, vamos dizer, de conseguir fazer pegar essa idéia a nível de São Paulo. Depois disso começa a se formar o Gel Sul. Acho que logo depois se forma também no Nordeste. A Socorro Aragão, aquela turma toda formou. No Rio tem o CEL (Centro de Estudos Lingüísticos) e começaram a se formar esses grupos. Então, é toda essa questão. No ano de 1966 começa a ter Lingüística nas Universidades. Isso é uma coisa que nos interessa também: onde começaram os cursos de Lingüística, eles começaram como pós-graduação ou graduação? O meu, lá na USP, que eu contei a

história para vocês, é em 1965. Começa como especialização e vira Mestrado a nível de pós-graduação. Só depois, quando eu voltei do Doutorado da França, já estava adiantada essa reivindicação para que a Lingüística fosse independente da Filologia Românica, porque ela era uma disciplina da cadeira de Filologia na graduação e independente na pós-graduação como Lingüística Geral. Então, tudo isso vai determinar a maneira como os estudos da linguagem se constituem. Eu acho que é muito interessante para nós que vocês pudessem ajudar com isso, vendo justamente como é que começa a se formar, por exemplo, a Análise de Discurso, a Lingüística Aplicada, como é que o ensino de Línguas, afinal de contas, ficou sem representação nessa história, ou seja, eles deixaram ir para a ABRALIN ou não deixaram, eu não sei.

Amanda Scherer: Também por isso, por necessidade, é que se cria a Associação Brasileira de Lingüística Aplicada. O Gomes de Mattos não está em lugar nenhum, mas ele é o fundador dessa Associação.

Eni Orlandi: É isso que eu imaginei. Mas ele está na fundação da ABRALIN, embora haja a insistência de alguns que tomavam a palavra (porque eu li nas atas) para dizer que não eram todos os lingüistas que eram professores, e que nem todo o professor de Lingüística é lingüista, e depois falam que professor de línguas não é lingüista, você entendeu, quem estão designando aí?

Amanda Scherer: Mas a formação da Lingüística Aplicada no Brasil basicamente é formada pelo Gomes de Mattos e depois a Leonor Scliar Cabral. São dois dos principais nomes de referência da LA no Brasil.

Eni Orlandi: Interessante isso, precisa ser contado, é isso que eu estou falando, é a nossa formação de arquivos, que depois tem uma referência para contar essas histórias.

Poderíamos dizer que os textos de divulgação científica não constituem efeitos de sentido próprios ao que se denomina jornalismo científico, conforme sua fala no texto *Divulgação científica e efeito leitor: uma política social urbana (2001)*?

Seria uma outra fala, assim como eu disse quando eu escrevo *O que é Lingüística?*, eu estou num certo tipo de divulgação científica, você entendeu? Ai, no meu caso, não é jornalismo. Isso que você está mostrando é um jornalismo, mas não de divulgação simplesmente, é um lugar em que o lingüista fala em nome próprio, não é isso que você está dizendo? Que ela vai falar como lingüista e não como um jornalista fazendo uma mediação. Interessante isso aí. É uma divulgação científica considerada uma ciência jornalística e não um jornalismo científico, o que não é comum atualmente porque o que pegou foi o outro jeito, o jornalismo científico. O Rodrigo Neves, que é um intelectual que trabalhou muito tempo na Folha de São Paulo e foi editor do Folhetim, que depois deu o Mais, ele, uma vez, foi fazer uma conferência a meu convite para expor esse grande problema que era essa relação do jornalismo com os intelectuais. E ele foi lá e chamou a atenção de todos, deixando-os muito bravos lá no IEL, onde ocorreu tal conferência, porque ele falou que houve um momento em que os intelectuais sabiam escrever em jornais e que, por exemplo, Antonio Candido é alguém que quando fala com seus pares fala dentro da perspectiva da Literatura, com um discurso próprio aos colegas também, mas quando vai para um jornal também sabe escrever jornalisticamente sobre Literatura. Ele falou que isso se perdeu no Brasil, as pessoas só sabem escrever nas revistas para os seus colegas e o que acontece é que ele tinha uma dificuldade enorme em relação aos intelectuais que pudessem escrever para o jornal. E muitos professores ficaram incomodados com isso, reivindicaram que nós tínhamos mais era que saber escrever só para o “coleguinha”. Eu não, eu acho que tem que ter essa ciência jornalística, ou seja, que é preciso que o cientista também saiba escrever para um jornal. Eu estou aprendendo muito no Laboratório de Estudos Urbanos. Há pouco tempo, na prefeitura de Campinas, nós fizemos um encontro para discutirmos questões do planejamento urbano, junto com o Secretário do Planejamento Urbano, com o Urbanista, e eu estava lá no meio falando do jeito que eu sei falar, sobre a cidade, mas com um público que vai ver na prefeitura de Campinas o que se está pensando sobre cidade. Então, eu acho que é muito importante isso,

você abrir essa conversa. Por exemplo, o que você está falando é que nessa época está se fazendo isso. Mas é o momento de organização da Lingüística no Brasil, sem dúvida. Então tem esse espaço todo aí quando ela aparece, e esse é um momento em que começa a haver uma representação social da Lingüística. Acho que é bom ligar essas coisas.

Há alguns teóricos que afirmam que vai haver um declínio do autor. Quando eu penso em autor na psicologia, sempre me remete ao sujeito edipiano. Mas quando se trata da abordagem de Foucault, trabalha-se o sujeito produzido por uma certa formação discursiva. E nessa questão da cibercultura, pelo que me parece, esse sujeito, essa subjetividade é muito mais produzida pelo discurso, diferentemente da perspectiva edipiana de sujeito. O que a senhora pensa a respeito?

Nessa perspectiva, eu estou de acordo contigo. Eu faço uma diferença entre produtividade e criatividade e essa coisa que eu estava chamando de memória metálica (e horizontal) que é uma simulação dessa memória, vamos dizer, que é o interdiscurso, que historiciza, em que pode haver deslocamentos, rupturas, etc. Essa outra, na verdade, a metálica, é estagnadora, quer dizer, ela é uma reprodução do mesmo. É lógico que sempre pode haver deslizes de sentido, mas a estratégia é de ficar mais ou menos nesse mesmo. A produtividade domina dessa forma. Na Globo, por exemplo: a novela das seis, a das sete, a das oito, no fundo, todas elas são a mesma. É muito produtivo, pois você tem o mesmo sistema de produzir algo: a personagem muda de nome, mora em outro bairro, tem uma outra roupa, mas, no fundo, você tem a mesma novela sendo transmitida, com o mesmo enredo. Não há absolutamente nada de criativo nisso. Num processo de criatividade, você teria uma ruptura com o processo de produção dominante e isso é muito difícil de encontrar. Para isso, você precisaria da tal memória que desloca, que é a do interdiscurso, que se historiciza e que tem uma certa profundidade. E aí a questão da autoria fica também comprometida por isso fica mais interessante pensar em relação à posição. Agora, precisaria ver como é que isso funciona nessa situação discursiva do ciberespaço, que você está procurando apreender, mas é nessa direção. Eu faço uma distinção com Foucault também. Não sei se ela pode ser produtiva para você ou não. Para o Foucault, você terá a posição sujeito e você depois

tem o autor como fundador de discursividade. O autor está ligado a texto, mas a texto original, e você tem o fundador de discursividade, depois você tem o comentário. Você tem a idéia de texto e de comentário e o autor está ali. Eu desloquei, na medida em que eu desacralizo um pouco a noção de texto, porque para mim a autoria não está ligada à obra como está no Foucault. Para mim, ela está ligada ao texto, sempre, qualquer que seja o texto, sem fazer essa partição tão radical entre texto e comentário: toda vez que você tem uma unidade de sentido em relação à situação, você tem um texto do ponto de vista discursivo. Por isso, eu falo que você tem uma textualização do discurso e toda vez que você tiver uma unidade construída, na idéia do Foucault, você tem essa impressão, vamos dizer, de que você tem um começo, uma progressão, no texto. Você é um autor que é a função sujeito a qual faz com que o sujeito se pense, realize essa ilusão do sujeito de estar na origem do texto dele. É dele que é cobrada a responsabilidade do que é dito. Mas aí, eu faço uma certa diferença, porque eu desacralizo um pouco a noção de texto, e a posição-autor. Não sei se você conhece o Cerquigliani e seu *"Elogio da Variante"*. É muito interessante e tem uma posição que é parecida com a minha e um pouco diferente do Foucault, justamente, porque para mim a variante está na base da constituição do texto. A diferença para mim é que isso desqualifica um pouco falar em texto e em comentário porque é a variante que está aí, há sempre versões. Há sempre uma função-autor para as diferentes versões e há efeitos leitor diferentes nas diferentes versões. Eu deixo isso um pouco mais em movimento. O Cerquigliani não faz a crítica do Foucault, mas ele mostra como a noção trabalhada pelo Foucault está ligada à noção de imprensa, quer dizer, do autor, do texto enquanto "obra". Para mim, tanto faz se o texto é oral, escrito, tem autoria também. E aí eu ligo a autoria a texto e não à obra. Por isso que eu sou obrigada depois a falar em discurso fundador, que o Foucault chamaria de texto original, como aquele que institui uma nova discursividade com uma nova tradição. Mas eu acho que valeria a pena se você tivesse lido o *Discurso e Texto* e o *Elogio da Variante* que é em francês (*Eloge de la Variante*).

SOBRE A AUTORA

Eni Pulccinelli Orlandi é Professora de Análise de Discurso no Departamento de Lingüística do IEL e coordenadora do Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb) na Unicamp.

Publicações no Brasil e exterior: artigos e livros.

No Brasil, entre outros: *Discurso e Leitura, Terra à Vista* pela Cortez; *Interpretação*, pela Vozes; *Língua e Conhecimento Lingüístico*, pela Cortez; *A linguagem e seu funcionamento, Análise de Discurso: princípios e procedimentos*, pela Pontes; *O que é Lingüística*, pela Brasiliense; *As formas do silêncio*, pela Unicamp.

No Exterior, dirigiu junto com S. Auroux e F. Mezière um número especial da revista *Langages* sobre a História das Idéias Lingüísticas no Brasil, pela Larousse; teve seu livro traduzido para o francês *Les formes du silence*, pela Editions des Cendres. Foi feita uma coreografia deste livro por George Appraix e apresentado no Teatro de la Bastille, em Paris.

Sobre a cidade há a organização do livro *Cidade Atravessada*, pela Pontes, vários artigos na revista *Rua* que dirige e organizou o livro *Para uma Enciclopédia da Cidade*, pela Pontes.

Dedica-se atualmente ao estudo do discurso urbano (grafite, tatuagem, piercing, etc.) pesquisando também música (rap), dança e discurso de divulgação científica.